

A INDÚSTRIA DE CORTIÇA E O BARREIRO

A produção de cortiça em Portugal é de origens remotas ao ser já usada pelos romanos na forma de rolha para tapar as ânforas ou como bóias nas redes de pesca. Em 1209 foram aprovadas as primeiras leis agrárias em Portugal de protecção dos montados de sobro. Contudo, será apenas a partir do século XVIII que a produção de cortiça, destinada principalmente ao fabrico de rolhas tem o seu grande crescimento, tornando-se rapidamente, a par do vinho do Porto, a nossa principal exportação.

Com o Barreiro a tornar-se estação *terminus* do caminho-de-ferro que partia para sul desde 1861, rapidamente transforma-se em local privilegiado de escoamento de mercadorias por via marítima para Lisboa. A cortiça foi uma dessas mercadorias, num período em que, a cortiça era ainda exportada em bruto, ou seja, em prancha. É só no início da segunda metade do século XIX que são construídas em Portugal as primeiras fábricas de rolha de cortiça, inicialmente no Escoural, Azurara, S. Brás de Alportel, etc. A construção da linha de caminho-de-ferro nas proximidades destas localidades trouxe para o Barreiro as primeiras fábricas de cortiça, sendo que a primeira datará de cerca de 1865 quando Augusto Gomes de Araújo afirma que “embora surja mais tarde que no Alentejo ou no Algarve, está pois instalado no Barreiro [...] um fabrico de cortiça”¹.

Contudo, a linha férrea só chegava a Beja, pelo que a cortiça era maioritariamente originária do Alto Alentejo e Andaluzia espanhola. Apenas com a chegada do caminho-de-ferro a Faro em 1889 o Barreiro se tornará um dos principais pólos transformadores de cortiça, produzida nos montados de Silves.

Em 1895 são reconhecidas oficialmente três corticeiras de grandes dimensões: a Garrelon & C^a na Rua Miguel Pais; a Herold & C.^a, com proprietários alemães na Recosta, e a inglesa Companhia de Cortiças de Portugal de John Reynolds. Na década de 1920 o número de fábricas de pranchas, quadros e rolhas é já de 40 e os operários excedem largamente o milhar. Os corticeiros representavam cerca de 1/3 da população activa barreirense, dividida entre a indústria da CUF e os caminhos-de-ferro.

¹ ARAÚJO, A. Gomes de, «Duas palavras sobre o estado agrícola do concelho do Barreiro», in *Um Olhar sobre o Barreiro*, 1986, 4, p. 39

Conscientes das dificuldades e das discriminações a que estão sujeitos os corticeiros, organizam-se de forma a constituir um bloco reivindicativo coeso, pelo que em 1890 formam um sindicato nacional. Neste mesmo ano no Barreiro é fundada a Associação dos Operários Corticeiros que em 1901 conta com 200 sócios.

A única arma de que dispõem é a greve e utilizam-na sempre que a situação assim o exige, no período entre 1872 e 1899 contam-se mais de 50 greves em todo o país. Lutavam por salários de acordo com o aumento do custo de vida, e uniformizados nas três regiões da indústria corticeira (Norte, Centro e Sul), pela protecção do trabalho infantil, pela redução do horário de trabalho de 12 para as 8 horas como estava estipulado por lei, por melhores condições de higiene e salubridade nos locais de trabalho, contra a tentativa de substituição dos operários por mulheres e crianças e, por fim, contra a precariedade do trabalho. No Barreiro, a associação entre os corticeiros permitiu a construção de casas de renda económica e uma sede de uma cooperativa com o objectivo de fornecer bens de primeira necessidade aos seus associados. Nascia a 13 de Novembro de 1910 a Sociedade Cooperativa de Consumo Operária Barreirense, vulgo a «Cooperativa dos Corticeiros» na rua Eusébio Leão em edifício de grandes dimensões, a partir do ano de 1913.

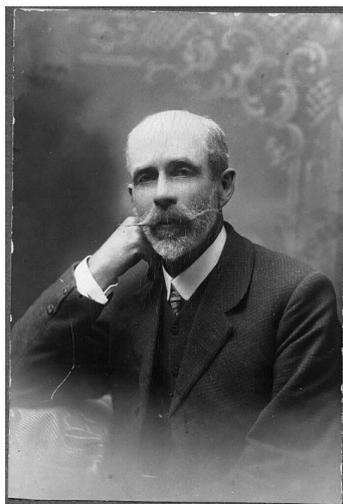
O declínio da indústria da cortiça no Barreiro dá-se, em especial, a partir da crise de 1929 com a perda dos principais mercados. Depois da Segunda Guerra Mundial a substituição da rolha pela tampa de metal (carica) ou pelo plástico veio ditar um rude golpe na indústria, em particular, nas fábricas de pequenas dimensões. Contudo a transformação da cortiça não desapareceu na totalidade. Procuraram-se novos mercados e abriu-se a oferta com novos produtos como o isolamento térmico e mosaicos. Mas, também os gostos mudaram e estes produtos entraram em declínio e por fim, em 2009, a última fábrica de cortiça do Barreiro fechou na quinta Braamcamp.

DOCUMENTAÇÃO DA QUINTA BRAAMCAMP A FÁBRICA DE CORTIÇA DA FAMÍLIA REYNOLDS

Com condições menos competitivas que a Catalunha para o arranque da indústria rolheira no século XVIII e princípio do século XIX, Portugal iniciou-se neste negócio essencialmente como exportador de cortiça em bruto para os países importadores de vinho, nomeadamente a Grã-Bretanha e para Espanha, abastecendo a indústria do país vizinho em caso de necessidade de complemento da produção espanhola. Assim, em 1851, 98% do valor total das exportações de cortiça correspondem a cortiça em bruto. Em 1870, essa percentagem era ainda de 90,94%². Sendo a Grã-Bretanha o principal cliente da cortiça portuguesa, à semelhança do que aconteceu no Vinho do Porto, também foram comerciantes ingleses que se instalaram em Portugal os pioneiros e os motores do comércio e da indústria neste país. Entre eles estavam os Reynolds. Oriundos de Maidstone, no condado de Kent, região do sudeste da Inglaterra, o primeiro Reynolds que se relacionaria com Portugal, Thomas William Reynolds Johnson, nascido em 1786, foi oficial naval mas, retirado, estabeleceu-se posteriormente em Chatam, também no condado de Kent, como importador de fruta, vinho, rolhas e cortiça virgem, provenientes de Espanha e Portugal, até que, por causa de uma doença de fígado, a conselho de médico, este Reynolds inicia uma viagem por mar que o traz ao Porto, onde viu uma boa ocasião de ampliar o seu negócio³. Com ele viriam seus filhos, Thomas, William e Robert Hunter Reynolds (Foto 1), nascidos respectivamente em 1811 e 1820, que criaram a Casa Reynolds. A sua filha Elizabeth já nasceria no Porto, em 1828.

² MENDES, Américo M. S. Carvalho, Economia do sector da cortiça em Portugal, Out. 2002.

³ PAINHA, José Maria, Chá de Azeite – O percurso empresarial da família Reynolds (1838-1890), Ed. Câmara Municipal de Montemor, 2008, pág. 37.



Robert Hunter Reynolds (1820-1872)

Dedicaram-se, pelo menos desde 1840 ao negócio da exploração e comércio de cortiça no Alentejo e Andaluzia e em 1844 instalaram-se na primeira destas regiões, fundando uma fábrica de cortiça em Estremoz (1844-1845), outra na Azaruja (1845) esta sob a direcção técnica do catalão André Camps⁴ que trouxe consigo operários rolheiros também catalães⁵ e uma outra em Portalegre (1847-1848?). Esta última foi de imediato vendida (1849) a George Robinson Chadevick, acabado de chegar de Inglaterra, que, assim, iniciou uma trajectória de sucesso, tornando-se um dos mais importantes industriais de cortiça a operar em Portugal no século XIX.

Daí que o que se tenha desenvolvido então tenham sido as exportações de cortiça em prancha exactamente para abastecer as empresas de transformação de cortiça que se tinham constituído nesses países com a ajuda dessas políticas proteccionistas. Neste caso a Casa Reynolds trabalhava principalmente com a Herold & c.º, N. Schaffer Breslau e com os intermediários da Fisher, Howard & Sons, a Dundas e Mendonça, a Spilhaus & C.ª e a Pinto Basto.

A Casa Reynolds geria numerosas propriedades, pelo que a sua gestão (muitas vezes nas mãos de terceiros⁶) causava amiúde alguns problemas, como aqueles que se verificaram em Barbacena e que segundo a correspondência encontrada na quinta Braamcamp se iniciaram

⁴ André Camps em 1876 administrava as propriedades Reynolds em Azuraja mas, anos mais tarde tinha estabelecimento próprio no Barreiro, na rua Miguel Pais.

⁵ MATOS, Ana Cardoso. 1991. A indústria no distrito de Évora, 1836-90. *Análise Social*, Vol. XXVI, N.º 112-113, pp. 561-581.

⁶ Como D. Jorge de Mello, 2º Conde do Cartaxo e pai de D. Manuel de Mello que sucedeu a Alfredo na Silva na direcção da Companhia União Fabril.

em Outubro de 1884 e tiveram consequências mais graves⁷. Apesar do seu empenho industrialista, nomeadamente no sector corticeiro, George Robinson e Robert Reynolds construíram uma expressiva carteira imobiliária no Alentejo e em Espanha. Este investimento foi essencialmente dirigido para a aquisição da grande propriedade fundiária, colocando-os entre os latifundistas da região. Tal como no caso de G. Robinson, Thomaz e Robert Reynolds dirigiram os primeiros investimentos para a aquisição de terrenos e prédios urbanos (para habitação familiar e instalação das fábricas) e para o negócio da cortiça. Os Reynolds aumentaram o seu interesse pela aquisição imobiliária a partir de 1854 e entre aquela data e 1890 investiram nestas compras cerca de 132 contos, um capital essencialmente dirigido para bens fundiários (96%), em particular para unidades de grande dimensão⁸. Os investimentos da Casa Reynolds passavam ainda pelo gado, criação de cavalos e vinhos. Apesar, do primeiro Reynolds ter vindo para o Porto para exportar vinhos apenas depois da morte de Robert Reynolds, o seu filho homónimo se dedica à criação de boas castas na zona de Estremoz, que em Dezembro de 1880 são enviadas para Bordeaux para serem apreciadas. As propriedades dedicadas à produção de vinho levam a que Guilherme Reynolds fosse em 1882 o presidente da «Comissão Vigiadora contra a Filoxera», responsável pela destruição de inúmeras vinhas em Portugal nesse período⁹.

A parceria entre os irmãos Thomas e Robert finda quando Thomas Reynolds (sénior) decide emigrar para a Nova Zelândia, em 1856. Dos filhos deste último, Guilherme volta passados poucos anos, passando a acompanhar o tio Robert na gestão da Casa Reynolds. Thomas Reynolds renunciara aos interesses na Casa vendendo a casa de Estremoz, a fábrica de Azaruja e as Carvalhas. Contudo, prováveis dificuldades financeiras na Nova Zelândia fazem-no regressar a Portugal em 1879 para exigir aos testamenteiros o pagamento de uma pretensa dívida de £7.900 da Casa Reynolds a seu favor¹⁰. O seu filho Guilherme – a administrar os bens da Casa – ficou colocado numa difícil posição ao ser impedido pelos testamenteiros de se

⁷ No final do séc. XIX viveu-se um período de grande contestação em Barbacena com a recusa dos habitantes em pagar os direitos dominicais, tendo ficado célebres as sublevações e motins de 1886 e 1887.

⁸ FONSECA, Helder Adegar, Elites agrárias e crescimento económico na periferia portuguesa do século XIX: O exemplo do Alentejo na era liberal (1850-1910), *Análise Social*, vol. xxxiii (146-147), 1998 (2.º-3.º), 497-538

⁹ 26 de Junho de 1882 – copiadador de correspondência expedida. Fonte: CMB - Espólio Casa Reynolds - Sociedade Nacional de Cortiças - Correspondência particular (1880-1882).

¹⁰ 20 de Novembro de 1879. CMB - Espólio Casa Reynolds - Sociedade Nacional de cortiças. Correspondência particular.

encontrar com o pai e de não ceder às suas pretensões. Apesar da proibição encontrou-se com o pai para este conhecer a mulher e filhos. No mesmo encontro convenceu o pai a regressar à Nova Zelândia e deixar o advogado Pinto Coelho tratar do caso. A pretensão de Thomas Reynolds acabou por não ser suportada com o aparecimento de documentos que comprovavam a venda das propriedades e cedência de quaisquer direitos. Acabou por ser Guilherme que endividando-se envia remessas de dinheiro para o pai e intercede junto de John Howard, em Londres, para serem editados romances da autoria do pai¹¹.

Robert H. Reynolds, casado desde 1852 com a catalã Maria da Graça Perez (1830-1869), «negociante, estabelecido em Estremoz», passou a liderar esta casa até 1871, ano em que faleceu, já no estado de viúvo, deixando 7 filhos menores. Com a morte Robert Hunter Reynolds e por disposição dos testamenteiros - John Howard, Adolphe Gerosch¹², Ildefonso Perez e Antoine Bonneville -, a gerência da casa foi entregue ao sobrinho Guilherme Reynolds (filho de Thomaz Reynolds), que, entretanto, contraiu matrimónio (1873) com Elisa del Pilar (1852-1919), filha primogénita de Robert Hunter Reynolds¹³.



Guilherme Reynolds

O casamento entre os primos implicou um contrato entre Guilherme e os testamenteiros firmado a 24 de Novembro de 1872, que em nove pontos obrigava Guilherme a administrar

¹¹ Um deles intitulado «Linda Alvares».

¹² Era igualmente tutor de Elisa Reynolds, razão pela qual foi ele que autorizou o casamento com Guilherme a 24 de Junho de 1872

¹³ Cf. «Cópia do testamento de D. Robert H. Reynolds» (arquivo particular de Filipe Reynolds de Sousa) e ainda *O Jornal de Estremoz*, de 6 e 13-8-1887.

prudentemente os bens da família e a ser responsável pelos primos menores, recebendo por isso um salário de quinhentas libras esterlinas anualmente¹⁴. A relação entre Guilherme e os testamenteiros foi sempre difícil, queixando-se amiúde que pouco mandava na Casa comercial. A partir da maioridade de Robert e John Reynolds (primos de Guilherme) estes passaram a integrar a gestão da Casa como sócios, estando no entanto, a gestão a cargo de Guilherme, que dependia por sua vez dos testamenteiros.



Tomás, João e Roberto Reynolds em 1886

Os investimentos fundiários e compras de cortiça da Casa Reynolds efectuados por Robert, John e Thomas sem o controlo de Guilherme¹⁵ provocaram um grave revés na contabilidade da sua gerência, quando no início de 1884 os testamenteiros são confrontados com perdas muito elevadas, numa situação de pré-falência da casa comercial. Foram então proibidas as compras

¹⁴ O salário era elevado, tendo em conta que por educar e vestir o primo Rafael passaria a receber 21 libras por ano. Fonte: CMB - Espólio Casa Reynolds - Sociedade Nacional de cortiças - correspondência particular (1872-1885).

¹⁵ 21 de Setembro de 1880 – copiador de correspondência expedida. Fonte: CMB - Espólio Casa Reynolds - Sociedade Nacional de Cortiças - Correspondência particular (1880-1882).

ou obras em propriedades enquanto o passivo não fosse saldado, numa situação que deixou bastante vulnerável Guilherme (que administrava a Casa) já que não tinha impedido uma das suas principais condições do seu cargo: não poder fazer qualquer negócio que envolvesse uma verba superior a 500 contos de réis, sem ter a autorização prévia dos testamenteiros.

O tio de Guilherme ao indicar no testamento estas figuras não fez uma escolha inocente: o inglês John Howard, estava à frente da empresa Fisher, Howard and Sons sediada em Londres, empresa esta responsável por todo o transporte marítimo da cortiça e outros bens para a Grã-Bretanha. John Howard era ainda o tutor de dois filhos menores de Robert H. Reynolds, a saber Thomas e Rafael; o alemão Adolphe Gerosch estava à frente de uma das maiores casas comerciais de Lisboa, exportadora de cortiça, a alemã Herold & C.º, proprietária dos armazéns no Beato onde a Casa Reynolds depositava a cortiça em trânsito para a Europa e América; Antoine de Bonneville era intermediário com casa comercial em Lisboa do comércio da Casa Reynolds com o território francês; e o padre espanhol Ildefonso Perez (viria a falecer em 1879) era tio de Guilherme. Robert H. Reynolds procurara manter unidos os seus principais aliados económicos mas, Bonneville e Gerosch eram ao mesmo tempo concorrentes e pretendiam uma Casa Reynolds ao seu serviço, algo que Guilherme sempre se opôs. Depois ter provado que o guarda-livros nomeado pelos testamenteiros fazia a escrituração de forma incorrecta, incompatibiliza-se com Adolphe Gerosch sendo, no entanto, obrigado a enviar-lhe relatórios detalhados de todas as transacções comerciais e balanços. Será John Howard o seu principal confidente¹⁶ até ao fim da Casa Reynolds em 1890, quando finalmente o papel dos testamenteiros termina quando o filho mais novo – Rafael - atinge os 21 anos.

A ligação entre a família Reynolds e o Barreiro já existia, desde pelo menos 1874 através de Luís dos Santos, do Barreiro, o «Comissário» da Casa Reynolds responsável pela supervisão do transporte, pesagem e transbordo da cortiça que vinha do Alentejo para os armazéns que tinham no Beato.

A procura de terrenos no Barreiro para a construção de uma fábrica de cortiça começara em Março de 1882, com contactos efectuados por Luís dos Santos com os herdeiros do Visconde da Carregosa, António Gomes Brandão (um dos sócios da Companhia de Caminhos de Ferro ao Sul do Tejo) proprietário de terrenos na actual rua Miguel Pais, na antiga praia da Recosta e

¹⁶ O papel de John Howard como amigo pessoal de Guilherme Reynolds refletiu-se numa abundante correspondência particular, recheada de conselhos, sugestões e inclusive, espionagem comercial, como por exemplo na entrega de uma cópia de um contrato comercial da firma O. Herold & C.º. Fonte: CMB - Espólio Casa Reynolds - Sociedade Nacional de cortiças - correspondência particular (1872-1885). Carta de 6 de Julho de 1885.

junto da estação de caminhos-de-ferro. Estes contactos foram infrutíferos porque os herdeiros não pretendiam vender os terrenos que atingiam os 226 metros de comprimentos e 70 de largura.

A história do fabrico de cortiça na Quinta Braamcamp iniciou-se em 1882 quando os irmãos Reynolds arrendaram a Quinta Braamcamp de George Abraham Wheelhouse e sua mulher, por 375 mil réis/ ano num período de 5 anos, com a promessa de ao fim de mais dois anos a poderem comprar por 3000 libras¹⁷. Já nesse ano, Guilherme Reynolds comunicava aos primos Roberto, João e Tomás a transferência do fabrico de rolhas de Azaruja para o Barreiro¹⁸. Durante a década de 1880-90 as empresas transformadoras de cortiça do Alentejo estavam em dificuldades e algumas tinham já encerrado, dirigindo a produção essencialmente para a procura local. Quanto às unidades industriais de maiores dimensões (a maior era a dos herdeiros de Robert Hunter Reynolds) reorientaram-se para o fabrico de prancha para exportação e deslocaram-se da zona de Estremoz para a zona de Évora, Montemor e Barreiro devido à maior facilidade de acesso ao caminho-de-ferro que fazia a ligação com Lisboa. A razão da sobrevivência da Casa Reynolds deveu-se no facto de ser uma importante casa comercial, sediada em Londres e que exportava essencialmente para Inglaterra, um país onde a importação de rolhas estava livre de direitos aduaneiros¹⁹.



¹⁷ 14 de Junho de 1882 – copiadador de correspondência expedida. Fonte: CMB - Espólio Casa Reynolds - Sociedade Nacional de Cortiças - Correspondência particular (1880-1882).

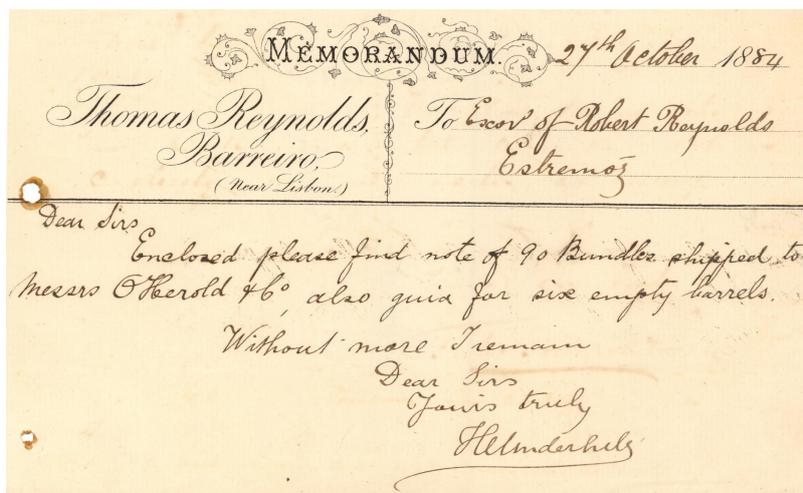
¹⁸ 28 de Julho de 1882 – copiadador de correspondência expedida. Fonte: CMB - Espólio Casa Reynolds - Sociedade Nacional de Cortiças - Correspondência particular (1880-1882).

¹⁹ MENDES, Américo M. S. Carvalho, Economia do sector da cortiça em Portugal, Out. 2002.

**Quinta Braamcamp no Barreiro em 1920.
Os eucaliptos vieram da Nova Zelândia onde estava parte da família Reynolds.**

Segundo a documentação descoberta na Quinta Braamcamp do Arquivo da Casa Reynolds com data de 21 de Agosto e 11 de Setembro de 1882 Luís dos Santos – comissário ou feitor da quinta no Barreiro - escrevia a Roberto Reynolds informando-o de obras na quinta Braamcamp, designadamente um poço, e perguntando se continua a arrendar as terras porque «estava na altura de semear», entretanto estava a proceder-se a arranjos na caldeira do moinho de maré que servia a fábrica de bolacha (carta de 16 de Outubro de 1882, enviada por Luis Panadeiro). Na mesma altura Thomaz Reynolds informava o seu primo William que deixava a parceria da Casa Reynolds e continuaria os negócios por conta própria²⁰, enquanto no Barreiro se produzia farinha no moinho de maré (carta de 28 de Novembro de 1882). Mais tarde, em carta de 11 de Janeiro de 1883 informava o primo que tencionava fazer do Barreiro a sua residência «*regard Barreiro i am quite willing making my residence there anda m only waiting for you to send some furniture up, the necessary, for the rest i will buy little by little*», já que na propriedade agrícola estavam instalados os armazéns da cortiça produzida no Alentejo. Em Março de 1883 Tomás Reynolds já vivia na Quinta Braamcamp e nesta data já era transformada cortiça na fábrica instalada na quinta. A maquinaria importada da Grã-Bretanha (da Baerlein e c.º em Manchester, que custou cerca de 123 mil libras), como caldeiras e bombas para o fabrico de pranchas, só chegou ao Barreiro no final de 1884, quando a fábrica está em plena laboração, inclusive com horário nocturno. Neste ano, Roberto e John Reynolds estavam no Barreiro a auxiliar os negócios, assim como, com Henry Underhill a gerir as saídas de armazém e carregamentos.

²⁰ Carta de 23 de Setembro de 1882. Fonte: CMB - Espólio Casa Reynolds - Sociedade Nacional de Cortiças - Correspondência particular (1872-1885).



**Registo dos primeiros envios de cortiça do Barreiro (27.10.1884)
Espólio Casa Reynolds**

Em Outubro desse ano Guilherme Reynolds dera plenos poderes ao primo Tomás para administrar a fábrica do Barreiro, o que originou a imediata resposta dos testamenteiros desautorizando a iniciativa, que ficou formalizada com uma reunião dos tutores a 17 de Abril de 1885. No entanto, Guilherme estava em graves desentendimentos com os primos, já que estes exigiam maior autonomia na gestão dos negócios do falecido pai. Assim, a entrega da gestão da fábrica do Barreiro era entendida como uma concordância às exigências dos primos²¹.

Para evitar ainda maiores despesas no transbordo dos caminhos-de-ferro do Sul e Sueste da cortiça de Estremoz e Azurara, assim como do Barreiro, a Casa Reynolds reconstruiu a Ponte do Mexilhoeiro no Barreiro para daí fazer os seus embarques²². Contudo, a administração de Tomás e a posterior exportação da cortiça do Barreiro, ao invés da Azaruja ou Estremoz, provocou graves problemas financeiros à Casa, já que, a sua fraca qualidade originou um acentuado decréscimo nas vendas no Reino Unido²³.

O património e os interesses da casa permaneceram indivisos até 1890, ano em que, por virtude dos desentendimentos entre o gerente, os testamenteiros e os herdeiros, se concluiu o processo de execução do testamento, com inventário, avaliação e partilhas de todos os bens

²¹ A iniciativa de Guilherme e dos primos em comprar cortiça e exportá-la sem autorização dos tutores levou ao endividamento da Casa – carta de 30 de Julho de 1885. A existência desta dívida contraria a ideia que a Casa Reynolds entre 1838 e 1890 nunca contraiu dívidas, como afirma José Maria Painha.

²² Reconstruída pela firma de Henrique Pinto Basto – carta de 13 de Abril de 1885.

²³ Carta de John Howard, 5 de Maio de 1885. Fonte: CMB - Espólio Casa Reynolds - Sociedade Nacional de Cortiças. Correspondência particular (1872-1885).

da casa²⁴. As divisões entre os primos tiveram o seu ponto alto já no ano de 1885, quando Roberto e John decidem ficar do lado de Antoine Bonneville e Jerosch (os testamenteiros, ao mesmo tempo rivais comerciais) enquanto, Tomás a dirigir a fábrica do Barreiro, decide ficar ao lado de Guilherme. Em resposta ao primo Tomás, Guilherme responde: «*If granted I shall resign*²⁵».

O comércio da cortiça, onde a actividade de armazenista se aliava à preparação da matéria-prima e à venda para os mercados da indústria, foi um dos ramos mais dinâmicos na associação de capitais. A empresa de Estremoz Roberto Reynolds & Companhia (1892), constituída com um capital de 124 contos, reunia sob um mesmo empreendimento o património fundiário e industrial em Portugal e em Espanha, a actividade agrícola e pecuária, o comércio da cortiça e gados, o fabrico de cortiças na fábrica de Estremoz e a comercialização desses produtos. Constituiu o culminar dum percurso em que a orientação fundiária surgiu no prolongamento da actividade comercial especializada no grande comércio de exportação. A constituição da Roberto & João Reynolds em Junho desse ano, imposta pelo código comercial, envolveu formalmente a divisão das propriedades e a separação dos interesses industriais, regulada por um contrato com a Companhia das Cortiças de Portugal para fornecimento de cortiças das propriedades da família. A separação entre a propriedade (ramo agrícola) e este grupo de intermediação com a industria transformadora, orientação já consolidada nos finais de Oitocentos, está implícita na maioria das sociedades constituídas no sector corticeiro.²⁶

Por partilhas da herança de Robert Hunter Reynolds, ficou um dos filhos - John Reynolds – com a propriedade do Barreiro e sua fábrica, em 25 de Dezembro de 1894. Um ano depois a quinta era novamente vendida à «The Cork Company, Limited», com sede em Londres, numa altura em que ainda não havia na quinta qualquer engenho para transformação da cortiça. A produção de rolha e derivados de cortiça iniciou-se em 1897 quando a Sociedade Nacional de Cortiças, S.A.R.L. adquiriu a quinta.

Apesar da mudança de denominação da propriedade industrial na Quinta Braamcamp, membros da família Reynolds viveram na Quinta do Barreiro até 1969. Os edifícios de

²⁴ PAINHA, José Maria, fonte citada.

²⁵ Carta de 7 de Agosto de 1885. Fonte: CMB - Espólio Casa Reynolds - Sociedade Nacional de Cortiças. Correspondência particular (1872-1885).

²⁶ GUIMARÃES, Paulo Eduardo, As associações capitalistas eborenses: actores, áreas de negócio e ritmos de formação (1889-1960), Revista da Faculdade de Letras HISTÓRIA, Porto, III Série, vol. 8,2007, pp. 157-193.

habitação foram alterados para residência de administradores, gabinetes de trabalho e até refeitório da fábrica.

A família Reynolds residente no Barreiro desempenhou na década de 1920 a 1940 um papel social na então vila industrial. Um dos seus membros, D^a Cristina Reynolds, foi a madrinha (e benfeitora) da organização **adueiros barreirenses** (organização juvenil fundada no Norte do País, que competia com os escuteiros - os *scouts* - instituídos, de começo, em territórios de língua inglesa). Na vila, os adueiros só se dissolveram quando aqui surgiram os escuteiros do Padre Abílio, a partir de 1936²⁷. Também por iniciativa de Cristina Reynolds foi cedido gratuitamente - mas cedido por um preço simbólico (100\$00) - os terrenos na Verderena, da antiga Quinta Grande, que permitiram a construção da escola n.º 4 do Barreiro. Esta doação e o loteamento da Quinta Grande levaram a que a Câmara Municipal do Barreiro por edital de 14 de Janeiro de 1960 atribuísse o nome de rua D. Cristina Reynolds à rua fronteira à escola industrial Alfredo da Silva, que conduz à Quinta Braamcamp, nome entretanto, caído no esquecimento.

A partir da descoberta desta documentação muito da história do período que vai da gestão da Casa Reynolds até à Sociedade Nacional Corticeira poderá agora ser contada. O texto que aqui termina pretendeu mostrar as potencialidades da documentação no estudo da indústria corticeira em Portugal, e em particular, no Barreiro. Como a família dos descendentes de Guilherme Reynolds lamenta: «*Frustrados, atormentados y disgustados, los herederos de William sólo pueden esperar que con un pequeño milagro puedan algún día leer el resto de su historia*²⁸».

Pois bem, parte dela foi agora descoberta.

O trabalho ainda agora começou.

²⁷ PAIS, Carlos da Silva, in: <http://www.vinculadosaobarreiro.com/19arturbaeta/arturbaeta.html>

²⁸ Fonte consultada a 20 de Setembro de 2010 no site: <http://reynolds.com.es>

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, A. Gomes de, «Duas palavras sobre o estado agrícola do concelho do Barreiro», in *Um Olhar sobre o Barreiro*, 1986, 4, p. 39)

GUIMARÃES, Paulo Eduardo, As associações capitalistas eborenses: actores, áreas de negócio e ritmos de formação (1889-1960), *Revista da Faculdade de Letras HISTÓRIA*, Porto, III Série, vol. 8, 2007, pp. 157-193.

FONSECA, Helder Adegar, Elites agrárias e crescimento económico na periferia portuguesa do século XIX: O exemplo do Alentejo na era liberal (1850-1910), *Análise Social*, vol. xxxiii (146-147), 1998 (2.º-3.º), 497-538

MATOS, Ana Cardoso. 1991. A indústria no distrito de Évora, 1836-90. *Análise Social*, Vol. XXVI, N.º 112-113, pp. 561-581.

MENDES, Américo M. S. Carvalho, *Economia do sector da cortiça em Portugal*, Out. 2002.

PAINHA, José Maria, *Chá de Azeite – O percurso empresarial da família Reynolds (1838-1890)*, Ed. Câmara Municipal de Montemor, 2008, pág. 37.

PAIS, Carlos da Silva, in: <http://www.vinculadosaobarreiro.com/19arturbaeta/arturbaeta.html>

Os meus sinceros agradecimentos a toda a família Reynolds, em particular a Mr. Martin e Mrs. Janet Reynolds.

Autoria: MOTTA, Fernando da (2011), *Guia documental da Casa Reynolds/ Sociedade Nacional de Cortiças*, CMB.